

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e o Partido dos Trabalhadores: análise da hegemonia capitalista no Brasil

The Council for Economic and Social Development and the Workers Party: analysis of the capitalist hegemony in Brazil

Kelly Barreto Videira Chaves¹

Marly de Almeida Gomes Vianna²

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de apresentar os estudos iniciais de análise do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, durante os governos presidenciais do Partido dos Trabalhadores, com o presidente Lula da Silva, no período compreendido entre os anos de 2003 e 2010. Serão analisados os objetivos, princípios e propostas consensuais do CDES sob uma perspectiva materialista histórico-dialética. Utilizaremos como fontes primárias os documentos produzidos pelo próprio Conselho, submetidos à luz das categorias gramscianas. Nossa hipótese é a de que o CDES defende o pacto social através da superação dos antagonismos de classes para obter um novo desenvolvimento nacional e que ele pode ter funcionado como um espaço de garantia dos acordos assumidos por Lula da Silva com o empresariado brasileiro.

Palavras-chave: CDES; Sociedade Civil; Concertação.

ABSTRACT: This paper aims to present the initial studies of examination by the Council for Economic and Social Development - CDES - during the presidential governments of the Workers Party, with President Lula da Silva, during the period between 2003 and 2010. We will analyze the objectives, principles and proposals in a consensual CDES historical materialist-dialectical perspective. We will use primary source documents produced by the Council, submitted in the light of Gramscian categories. Our hypothesis is that the CDES defends the social pact by overcoming the antagonisms of classes for a new national development and that it may have functioned as a space of security arrangements made by Lula da Silva in the Brazilian business.

¹ Mestranda em História Social e Política do Brasil, UNIVERSO, e Técnica em Assunto Educacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora do Mestrado em História da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO. Professora aposentada da UFSCAR.

Keywords: CDES; Civil Society; Concertation.

A proposta de pesquisa traz como objeto o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, durante os dois mandatos presidenciais de Lula da Silva, no período de 2003 a 2010.

O CDES foi criado pelo governo Lula no ano de 2003 para promover um novo pacto social que agregasse diferentes representações da sociedade civil para discutir propostas com o objetivo de retomar o desenvolvimento econômico do Brasil, com distribuição de renda para o conjunto da população.

O conceito de pacto social ou concertação utilizado pelo CDES desconsidera a divisão da sociedade em classes sociais e defende que o desenvolvimento do país só será possível com um acordo que esteja acima de interesses de um único partido político ou grupo social.

A relevância deste trabalho se baseia no fato de ainda existirem lacunas no conhecimento sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Apontamos como principais razões o tempo de existência do mesmo e o fato de as principais produções bibliográficas serem feitas por autores vinculados de alguma forma ao conselho e possuírem um cunho teórico liberal. Constatei que tem sido limitada a produção acadêmica sobre o CDES e, em sentido oposto, esta pesquisa contribuirá para diminuir a ausência de trabalhos sobre o conselho filiados à concepção marxista.

A pesquisa é viável devido ao fácil acesso às fontes a serem utilizadas, pois a maior parte dos materiais está disponível na internet através dos sites oficiais do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e do Partido dos Trabalhadores.

Nossa hipótese é a de que o CDES defende o pacto social através da superação dos antagonismos de classes para obter um novo desenvolvimento

nacional e que ele pode ter funcionado como um espaço de garantia dos acordos assumidos por Lula da Silva com o empresariado brasileiro.

Utilizarei os passos sugeridos por Mendonça (2005) para as pesquisas com pressuposto teórico de Antônio Gramsci.

Cabe ao pesquisador verificar quem são os atores integrantes desses sujeitos coletivos organizados, bem como a que classe ou fração encontram-se organicamente vinculados e, sobretudo, o que estão disputando junto a cada uma das agências do Estado restrito, sem jamais perder de vista que a Sociedade Civil e Sociedade Política encontram-se em permanente inter-relação. Pensar o Estado significa, portanto, verificar, a cada momento histórico, o eixo central que organiza e articula a Sociedade Civil enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, como tais modalidades de organização se articulam no e pelo Estado restrito, o que só pode ser apreendido mediante estudo do conjunto de seus agentes e práticas. (MENDONÇA, 2005, p. 12)

Adoto nesta pesquisa a ideia gramsciana de sociedade civil, que a considera como espaço político para que os interesses de classes e frações de classe possam se organizar, estabelecer e manter a (contra)hegemonia, através da “guerra de posição” na sociedade capitalista, ou seja, através das disputas entre interesses e projetos de classes opostas.

Segundo Gramsci, o Estado é conquistado pelo grupo hegemônico da sociedade civil que conquistou o consenso antes mesmo da chegada ao poder, e chegando lá no governo ele se utiliza do aparato estatal para fazer valer os interesses do grupo o qual representa: leis, burocracia, polícia etc.

O CDES foi criado em 1º de janeiro de 2003 pela medida provisória 103 e regulamentado pela lei 10.683, que o integrou à Presidência da República, como órgão consultivo de assessoramento imediato ao presidente.

Nessa estrutura inicial integrava o conjunto de órgãos essenciais de assessoramento direto e imediato ao presidente da República, ou seja, o centro político do governo (Casa Civil, Ministério da Fazenda, Secretaria Geral da Presidência, Secretaria de Comunicação da Presidência), onde são eleitos os temas prioritários da agenda governamental. Essa estruturação do CDES foi materializada pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES), que estava subordinada diretamente ao presidente da República.

A direção da SEDES é do secretário-executivo do CDES, que possui status de ministro. Essa secretaria proporciona suporte administrativo e logístico ao conselho e, segundo a concepção gramsciana, a SEDES é um órgão da sociedade política que repassa para o conselho as propostas governamentais que a ele chegam.

A hegemonia capitalista utiliza a noção de Terceira Via justificada pelo sociólogo inglês Antony Giddens (2001a), que entende que esta seria uma alternativa entre o Estado (primeira via) e o Mercado (segunda via), ou seja, que através das organizações da sociedade civil (terceira via) algumas funções do Estado seriam exercidas, mas sem a referência dos conflitos de classe.

Entende-se que o CDES esteja mais próximo da concepção de sociedade civil como Terceiro Setor, pois naquele espaço

(...) estabelece-se uma relação entre o Estado e a Sociedade na qual a sociedade civil se “estatiza”, no sentido de que participa do Estado, não no de que é controlada pelo Estado. E o Estado se “civiliza”, no sentido de que é permeado pelos movimentos da sociedade civil, (...) pressionando democraticamente o Estado e o governo. (GENRO, 2003a, p. 101)

Ellen Wood (2003) chama a atenção para o modo como o conceito de sociedade civil tem sido utilizado atualmente, não exibindo um significado essencialmente anticapitalista, pois ele tem sido utilizado para inúmeros fins. Há alguns pontos em comum nesta gama de atuais significados para este conceito: ele identifica uma potencial arena de liberdade fora do Estado, autonomia, pluralidade e associações voluntárias. Realidade distinta da que Gramsci entendia: “o conceito de sociedade civil deveria ser, sem ambiguidades, uma arma contra o capitalismo, nunca uma acomodação a ele”.

Para Wood (2003), essa redução do conceito pode ocultar as formas de dominação capitalista na sociedade.

Sociedade civil pode ser entendida como um código ou máscara para o capitalismo, e o mercado pode se juntar a outros bens menos ambíguos, como as liberdades políticas e intelectuais, como um objetivo desejável acima de qualquer dúvida. O perigo está no fato de a lógica totalizadora e o poder coercitivo do Capitalismo se tornarem invisíveis. (...)

Essa redução é, de fato, a principal característica distintiva da sociedade civil nesta nova encarnação (WOOD, 2003, p.210)

Essa redução do conceito de Sociedade Civil diz respeito às instituições e relações do sistema capitalista, que, dentro da sociedade civil, passam a ser encaradas no mesmo nível das associações domésticas ou voluntárias, e, dessa forma, o mercado passa a ser um objetivo desejável, assim como as liberdades políticas e intelectuais presentes na sociedade civil, e, aí, a principal característica da relação de dominação/exploração do sistema capitalista se torna oculta.

A ideologia presente no CDES suscita críticas também de outros autores, como NEVES (2005) e FONTES (2010), que entendem que o CDES surgiu de um ideário de construção da hegemonia capitalista para alcançar o progresso através do fim dos antagonismos entre capital e trabalho. Utilizando o diálogo social para estabelecer uma nova relação entre Estado e Sociedade Civil. Eliminando a divisão da sociedade em classes, desmontam-se as organizações populares, permitindo que a dinâmica do capital se espraie por toda a sociedade de forma natural. Segundo Neves (2005), foi essa hegemonia, construída a partir dos anos 1990 e 2000, que traçou o objetivo de alcançar o desenvolvimento com paz social.

Fontes (2010) também discute sobre a “nova sociabilidade no Brasil contemporâneo”, que modificou a Esquerda e a Direita através das diretrizes do Pós-Modernismo com traços do Liberalismo e que defende uma sociedade solidária e um capitalismo humanizado, ou seja, a nova sociabilidade oculta as relações de exploração inerente ao sistema capitalista.

Introduziam-se padrões de sociabilidade de novo tipo que incluíam agora o custo empresarial para administrar conflitos, imiscuindo-se nas mais variadas entidades organizativas, redefinindo a complexidade da sociedade civil em suas reivindicações e em sua articulação com o Estado. (FONTES, 2010, p. 265)

A hegemonia capitalista entende que é necessário um mundo sem antagonismos de classes econômicas para alcançar o desenvolvimento. O Estado atua na organização do consenso burguês diante do conjunto das classes trabalhadoras, por meio de uma nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005) cuja

atuação se encontra na difusão de categorias como “diálogo social”, “negociação”, “pacto” etc.

Lideranças do Partido dos Trabalhadores passaram a defender e aceitar uma espécie de modernização do partido, através da proposta de realização de reformas, dentro da estrutura capitalista e não apenas através de sua superação como fora na época de sua fundação.

As ideias de pacto, concerto social, ou ainda, de novo contrato social, já estavam presentes desde o período da campanha presidencial no ano de 2002. Era possível identificá-las como características importantes do possível futuro governo, que seriam materializadas principalmente através do CDES.

Nosso governo será marcado pelo **diálogo permanente com a sociedade civil**. Uma das tragédias do Brasil tem sido a incapacidade dos dirigentes de estabelecer pontes, **acordos, entendimentos** com os quais todos possam ganhar. (...) Para mudar o rumo do Brasil será preciso um **esforço conjunto e articulado da sociedade e do Estado**. Esse é o único caminho para pôr em prática as medidas voltadas ao crescimento econômico, que é fundamental para reduzir as enormes desigualdades existentes em nosso País. (...) Só um **novo contrato social** que favoreça o nascimento de uma cultura política de defesa das liberdades civis, dos direitos humanos e da construção de um País mais justo econômica e socialmente permitirá aprofundar a democratização da sociedade, combatendo o autoritarismo, a desigualdade e o clientelismo. Na busca de um **novo contrato, a mobilização cívica e os grandes acordos nacionais** devem incluir e beneficiar os setores historicamente marginalizados e sem voz na sociedade brasileira. Só assim será possível garantir, de fato, a extensão da cidadania a todos os brasileiros. (SILVA, 2002a, p.15, grifos meus).

No primeiro documento divulgado pelo Partido dos Trabalhadores, logo após o resultado da eleição presidencial que Lula venceu, mais uma vez foi reafirmada a principal característica do CDES e garantida a sua criação: “Meu governo terá a marca do entendimento e da negociação (...) Vamos promover um Pacto Nacional pelo Brasil, formalizar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (...)” (SILVA, 2002b, p.4-5)

Neste documento (SILVA, 2002a), que previa a formalização do CDES, é possível compreender que o objetivo de Lula era promover uma união de forças para que políticas fossem criadas para beneficiar o conjunto da população e garantir a retomada do desenvolvimento do país, após as decisões dos governos anteriores

que priorizaram a estabilidade econômica em detrimento do desenvolvimento nacional e das políticas sociais.

Continuaremos a ter atuação decidida no sentido de unir as diversas forças políticas e sociais para construir uma Nação que beneficie o conjunto do povo. Isso não se fará sem a ativa participação de todas as forças vivas do Brasil, trabalhadores e empresários, homens e mulheres de bem. (SILVA, 2002a, PLANO GOVERNO)

Esse movimento de mudança no interior do Partido se refletiu nos seus vislumbres para o Conselho e fez com que aprovasse a ideia, concernente aos princípios defendidos nesse espaço, de eliminar a divisão da sociedade em classes através da concertação social, para que, dessa forma, fosse possível o desmonte das organizações populares, ligadas à concepção marxista de sociedade de classes, levando a naturalização da dinâmica do capital por toda a sociedade.

Todos os conselheiros foram escolhidos pelo presidente da República, observados os critérios de liderança, representatividade, ilibada conduta e notório saber. O mandato de cada conselheiro tem a duração de dois anos, podendo ser reconduzido por mais dois³.

Ainda no período da transição do governo, Lula se reuniu com diversos representantes de entidades e movimentos sociais para receber indicações de nomes para compor o conselho. Na ocasião, o critério mais importante teria sido a capacidade de negociação e a pluralidade de ideias dos candidatos. (KOWARICK, 2003; FRANCO, 2007)

Na composição do conselho há uma diversidade de representantes da sociedade: grandes empresários, representantes de movimentos sociais, de sindicatos, de universidades, religiosos e artistas. Há que se destacar que a maioria dos membros representa o empresariado.

³ Apesar dessa limitação ao tempo, os seguintes conselheiros integraram o CDES desde o início: Abílio dos Santos Diniz, Antoninho MarmoTrevisan, Antônio Fernandes dos Santos Neto, Clemente Ganz Lúcio, Daniel Feffer, Fábio Colletti Barbosa, Ivo Rosset, Jorge Gerdau Johannpeter, Jorge Nazareno Rodrigues, José Antônio Moroni, José Carlos Costa Marques Bumlai, Juçara Maria Dutra Vieira, Laerte Teixeira da Costa, Manoel José Santos, Márcio Lopes de Freitas, Maurílio Biagi Filho, Oded Grajew, Paulo Antônio Skaf, Paulo Roberto de Godoy Pereira, Paulo D' Arrigo Vellinho, Rodrigo Costa da Rocha Loures, Sérgio Haddad, Viviane Senna Lalli, Zilda Arns Neumann. (RIBEIRO, 2010, p.21, nota de pé de página n.4)

Entendemos que, para implementar suas políticas e garantir a governabilidade do país, o governo Lula precisou ampliar suas bases políticas e contar com o apoio de setores importantes da sociedade, como o empresariado. O CDES contribuiu para que os temores relacionados à origem social e política do Partido dos Trabalhadores fossem sensivelmente diminuídos, na medida em que agregou diversos representantes da sociedade, principalmente os empresários, que no CDES foram maioria, e puderam perceber que o novo governo não os prejudicaria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Brasília, 2011. Disponível em <http://www.cdes.gov.br>. Acesso em 01 de abril de 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Contra a corrente: Ensaio sobre a democracia e socialismo*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FRANCO, Renata Guimarães. Um novo contrato social? Sociedade civil, participação e a experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Rio de Janeiro, 2007, 186p. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Teoria do Estado e Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica).

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GENRO, Tarso. Democratizar as relações entre governo e sociedade. In: CORREA, Jaime Montalvo (et al). *Novos espaços democráticos: diálogo social no Brasil e a experiência da Espanha*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003a.

_____. As Premissas da Concertação, 2003b. Disponível em <<http://www.tarsogenro.com.br/>>. Acesso em 30.08.2010.

GIDDENS, Antony. *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001a.

_____. *A Terceira Via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record, 2001b.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. V.3. *Maquiavel, Notas sobre o Estado e a política*. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1969.

KOWARICK, Luciano. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: Um Processo em Construção, 2003. Disponível em <www.cdes.gov.br>. Acesso em 05/10/2010.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.

MENDONÇA, Sônia Regina de. (org.) Estado Brasileiro: Agências e Agentes. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, Classe e Movimento Social*. São Paulo: Cortez, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

_____. *Direita para o social e esquerda para o capital: Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.

RIBEIRO, Daniela Mesquita de Franco. A construção institucional do CDES: uma dinâmica favorável ao desenvolvimento? 7º Encontro da ABCP, Recife, 2010.

SILVA, Luis Inácio Lula da. Um Brasil para Todos. Crescimento, Emprego e Inclusão Social. Coligação Lula Presidente. Programa de Governo 2002a. Disponível em <<http://virtualbooks.terra.com.br/osmelhoresautores/planodegovernoLULA.htm>>. Acesso em 09/12/2010.

_____. Compromisso com a Mudança. São Paulo, 2002b. Disponível em <www.pt.org.br>. Acesso em 11/12/2010.

WOOD, Ellen. M. *Democracia contra o capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Recebido em 13 de julho de 2011.

Aceito em 14 de novembro de 2011.